

# **SISTEMA PRESENÇA E AS DESIGUALDADES MULTIPLICADAS: AVALIANDO A GESTÃO DA CONDICIONALIDADE EDUCAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BRASIL**

Wilson Camerino dos Santos Junior-Ifes  
Instituto Federal do Espírito Santo - Brasil  
wilson.santos@ifes.edu.br

Eduardo Augusto Moscon Oliveira  
Universidade Federal do Espírito Santo- Brasil  
eduardomoscon@hotmail.com

## **RESUMO**

Esta pesquisa tem por objetivo analisar quais políticas educacionais foram implementadas no Brasil, para atender aos objetivos do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família. A metodologia elencada foram os exames comparativos aplicados às Ciências Sociais. Os resultados apontam para as condicionalidades, as contrapartidas e a focalização como instrumentos de controle estatal. Os dados do Sistema Presença apontam para novas categorias de pobreza que o Estado cria para justificar a quebra da condicionalidade educação. A existência de baixas contrapartidas estatais, falta de estrutura física e humana para um bom desempenho do programa Bolsa Família que reduz as condicionalidades a simples frequência escolar.

Palavras-chave: Sistema Presença. Desigualdades. Bolsa Família.

## **1 DESIGUALDADES MULTIPLICADAS E TRANSFERÊNCIA DE RENDA**

A situação contemporânea de transição da vulnerabilidade para a desfiliação é, de acordo com Castel (2009), advinda das metamorfoses da questão social do mundo do trabalho que fizeram surgir um novo segmento que são os “inúteis para o mundo” e “inempregáveis”. Os homens que ocupavam os postos de trabalho passam da condição de vulneráveis e moradores dos entornos sociais para a situação de segmentos em desvantagem social. Um grupo pouco educado, excluído do mercado, da sociedade e dos benefícios ofertados pelo próprio Estado.

São essas metamorfoses das questões sociais que provocaram a intensificação dos casos de tráfico de drogas, prostituição, furtos, desemprego, precarização das relações de

trabalhos, doenças não erradicadas pelo controle biomédico, favelização, fome e a formação de anéis com segmentos humanos em desvantagens sociais no acesso aos bens e insumos ofertados pela sociedade civil, mercado e pelo Estado. Os estudos de Castel (2009) são relevantes para a compreensão da instituição da seguridade social e da transferência de renda no Brasil e na Europa.

São esses processos de intensificação da desigualdade social que revelam as metamorfoses da questão social no Brasil e na Europa como contextos advindos dos impactos da globalização, como um processo de integração e exclusão do capitalismo global que cria guetos urbanos, campos de refugiados, territórios ocupados e regime de desagregação das relações de trabalho, precarizando e transformando essa mão de obra em trabalho escravo.

De acordo Dubet (2003, p. 36):

O declínio da sociedade assalariada ocasionou um deslocamento da questão social aparentando-se em muitos pontos de vista a uma volta para a época da entrada na sociedade industrial, na medida em que o coração dos problemas vai da fábrica para a cidade, para os subúrbios ou para os centros degradados nos quais concentram-se os grupos mais frágeis, mais pobres, mais estigmatizados. A estrutura de classe [...] é arrebatada por uma mutação [...].

Com o avanço da globalização, as estruturas sociais de classe são submetidas ao processo de mutação apontado por Dubet (2003). O que era desigualdade, hoje é exclusão, e esses excluídos são, de acordo com Castel (2009), os desempregados de longa duração, os jovens sem trabalhos, as mulheres sem empregos, os trabalhadores temporários, os trabalhadores “semiescravos” que atuam nas obras das grandes multinacionais em condições insalubres e sem direitos trabalhistas, as crianças na situação de trabalho infantil, jovens na prostituição e os traficantes das periferias urbanas.

É na transição da desigualdade para a exclusão que os guetos urbanos iniciam sua formação a partir das condições étnico-raciais, de acessibilidade cultural e econômica. Esses são os anéis concentradores de problemas sociais que não só comportam as desigualdades sociais, mas, no século XXI, retratam a passagem da desigualdade social

para a exclusão, na qual as pessoas que ali habitam se tornam dependentes do Estado para o mínimo de acesso social aos bens e insumos ofertados para a sociedade.

De acordo com Dubet (2003), a desigualdade social sempre existiu, porém o que ocorreu na modernidade foi sua intensificação, atrelada às novas formas de injustiça que envolveram as várias dimensões da vida humana e das relações sociais. Essas desigualdades são étnicas e excluem as minorias, uma vez que a desigualdade deve ser concebida como um conjunto de processos sociais correlatos com experiências coletivas ou individuais. A abordagem sociológica da categoria desigualdade é, assim, passível de análise em duas vias: “pelo alto”, o que seria uma teoria geral da justiça a partir dos indicadores; ou “por baixo”, ou seja, a partir da experiência dos atores.

Dubet (2003) afirma que, na experiência sociológica, ao considerarmos a análise das desigualdades “por baixo”, esta vai revelar uma dupla dimensão, que é a capacidade de redução das desigualdades em meio a uma intervenção estatal ou até a multiplicação ou avanço das desigualdades advindas também da intervenção controlada pelo Estado.

Desse sistema de proteção social ou de direitos sociais que o autor aponta ser advindo do encontro da igualdade democrática com as desigualdades capitalistas, é que sinalizamos com o contexto de afirmação dos programas de transferência de renda, por exemplo, o programa bolsa família. Porém, esses programas emergem com a dupla dimensão da desigualdade: a transferência de renda passa a ser destinada aos contextos em que a desigualdade social se aprofundou ou se reduziu. Dessa forma, na dimensão das desigualdades sociais na modernidade, ocorreu o que Dubet (2003, p.28) denomina de:

[...] a substituição de barreiras por níveis. Sem excluir a possibilidade de colocar-se nas duas extremidades da sociedade, os limites das desigualdades foram substituídos por uma longa cascata de níveis. Não somente a classe operária se reduziu, mas ela fracionou e se fundiu no universo das classes médias inferiores com o fim dos bairros operários, a ampliação do acesso aos estudos. A elevação dos níveis de vida. Com a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho do terciário e dos serviços, a maioria das famílias operárias é composta por um operário e por uma assalariada [...] Se os níveis de vida não igualaram, os tipos de vida se alinharam sobre uma norma definida pelas classes médias e o consumo de massa que caracteriza um capitalismo no qual a demanda rege a oferta, o consumo, a produção [...] são

as diferenças mais finas que fazem diferenças, a cilindrada do automóvel, gostos musicais, marca da camiseta. Define-se a democracia como ampliação do acesso a um bem, paradoxalmente, a distinção reafirma outras desigualdades.

O sociólogo retrata que, em meio às “desigualdades multiplicadas”, novas formas de injustiça, étnicas, de gênero, de direitos sociais, de exclusão das minorias, vão surgindo e se estabelecendo em detrimento do novo pauperismo que emerge. Para Dubet (2003), foi estabelecida a igualdade de direitos em alguns campos de nossa história, por exemplo: igualdades de oportunidades na ampliação dos estudos, na entrada da mulher no mercado de trabalho, na redução e fracionamento da classe operária, porém essa democratização veio acompanhada de outras desigualdades que são segregadoras.

Segundo o autor, as desigualdades hoje reduzidas são caracterizadas na transição das barreiras por níveis, por um novo pauperismo que se estabelece agora em forma de níveis, inclusive abarcando os beneficiários da seguridade social. O que antes era barreira e propiciaria o estado de anomia, caso o Poder Público não interviesse, agora são níveis estratificados pela tipologia dos benefícios da seguridade social. Existem indivíduos que estão nos níveis das transferências de renda, como beneficiários que estão nos níveis de bolsistas em faculdades. Eles, assim, estão no âmbito da seguridade social, nivelados.

A desigualdade se multiplica paradoxalmente, reduzindo-se, em outras formas por meio de níveis, ou as desigualdades aumentam, promovendo mais fragmentações no mercado de modo a estabilizar uma minoria que já possui privilégios e subsídios financeiros e os grupos sociais já tipificados, como negros, jovens, mulheres, idosos e aqueles que possuem laços de sociabilidade com estes que continuam na situação de transição da vulnerabilidade para a desfiliação nos bairros de exclusão social, necessitando de intervenção do Estado no âmbito da seguridade social.

Dubet (2003) denomina esse contexto de desigualdades multiplicadas como um processo de emancipação segracionista ou sob tutela. Esse processo no qual os beneficiários dos programas de transferência de renda estão imersos é caracterizado por dois movimentos na estrutura: das desigualdades reduzidas, mas transformadas em

níveis; e das desigualdades aumentadas, que configuram as novas formas da questão social correlatas com as transformações das políticas do emprego e dos modos de redistribuição social. As desigualdades representam a categorização de desvantagens que as pessoas ocupam nas grades das políticas públicas que dimensionam as políticas sociais de seguridade social.

A parcela da sociedade que necessita das políticas de proteção social do Estado é composta por aqueles que, no processo da globalização, foram alocados nos guetos e demarcados pelo selo do aleatório. É esse selo que, em meio à situação de degradação da condição social, vai demarcar, nos anéis de exclusão social, o vagabundo e o inempregável como clientes em potencial da proteção do Estado por meio da seguridade social. Na condição de beneficiários da seguridade social, de acordo com os níveis que estarão ocupando nesses benefícios, passam a flutuar na busca do acesso às oportunidades sociais demarcados com o selo do aleatório.

O intento do Estado, com as políticas de seguridade social, é que, antes que esses indivíduos se situem abaixo da linha da pobreza, pesando nas estatísticas de pobres no País, eles sejam inseridos nos sistemas de proteção social dos mais diversos níveis existentes. Guetizados e flutuando em algum local da cidade, os beneficiários da seguridade social estatal trazem consigo as marcas do selo aleatório por serem desfiliaados da estrutura social a qual pertencem.

Esse selo contribui para que os indivíduos busquem construir a inscrição na respectiva estrutura social disponível por meio das contrapartidas educação, formação continuada para o trabalho e saúde. Essas são as obrigações que os beneficiários devem cumprir para atender às condicionalidades pactuadas com o Estado.

Tais mazelas, manifestadas nas desigualdades sociais, são advindas não da inoperabilidade do sistema capitalista, mas das operações incontroláveis em torno da economia mundial que culminou na perda dos poderes econômicos pelos Estados nacionais e na criação de pacotes com medidas econômicas e sociais que buscavam

minimizar os efeitos da nova paisagem urbana industrializada, mas bem mais empobrecida.

No próprio território brasileiro, as desigualdades, no processo de industrialização, foram discrepantes. Por isso, fenômenos de migração e inchaço dos centros urbanos seguidos da favelização, desproletarização do trabalho industrial fabril, diminuição da classe operária industrial, expansão do trabalho assalariado, expansão do trabalho parcial, surgimento do trabalho temporário, precário, subcontratado e terceirizado estão como uma das consequências advindas das alterações do cenário urbano com as globalizações.

A proteção social, transferência de renda com condicionalidades, possui a função de manter o que Castel (2009) denomina de Estado de crescimento: articulação dos dois parâmetros fundamentais que acompanharam a sociedade salarial: o crescimento econômico e o crescimento do Estado social.

Como parte na busca de efetivação desse Estado de crescimento, as políticas educacionais são colocadas como mecanismos inerentes à seguridade social brasileira, na tentativa de que estas possam contribuir com a alteração do cenário de indigência em que crianças, adolescentes e jovens se encontram estropiadas social e biologicamente, assim colaborando para que, por meio das políticas de seguridade eles possam suprir suas necessidades incomuns e básicas.

## **2 SISTEMA PRESENÇA E A GESTÃO DA POBREZA**

O Programa de Transferência de Renda Bolsa Família considera a frequência escolar, em suas legislações e decretos, como componente principal das condicionalidades a serem executadas pelo Estado e contrapartidas a serem cumpridas pelos beneficiários da transferência monetária. O processo de escolarização é considerado, na transferência monetária, como uma ação estatal que contribui com o término do ciclo da pobreza, oportunizando a inserção da família desfilhada ou perto dessa situação, nas redes da proteção social.

Condicionar o recebimento monetário à inserção de crianças e adolescentes na escola significa, no âmbito do Sistema Presença, a inclusão em políticas de inserção primária. Em nosso caso, as políticas educacionais deverão atuar sobre segmentos pobres e extremamente pobres, de modo que estes possam se localizar em uma estrutura estatal ou do mercado, para não cair na situação de indigência social.

O Sistema Presença permitiu uma focalização das políticas públicas para crianças e adolescentes, cuja pobreza e extrema pobreza tenham constituído, mesmo com o recebimento de renda, limitação da frequência escolar. Ações que intervenham nas situações de fragilidade social, permitindo que a escola realize a gestão da pobreza em ações específicas e acompanhamento das situações de baixa frequência dos beneficiários do Programa Bolsa Família, é o nível de focalização que o Sistema Presença permite às instituições escolares.

De acordo com Currello (2010), entre outros, é a interação intersetorial das informações que corrobora o patamar das condicionalidades na instrumentalização do combate ao abandono e à evasão escolar. As Secretarias Municipais são os agentes operacionalizadores, e a gestão fica com os Ministérios da Educação e Desenvolvimento Social. Do ano de 2004 até 2006, a frequência escolar foi monitorada pela Caixa Econômica Federal. Apenas em 2006 é que o Ministério da Educação disponibiliza aos entes federativos um sistema que objetivava o acompanhamento da frequência escolar, denominado Sistema Presença.

O Sistema Presença tem por objetivo agregar informações dos beneficiários do Programa Bolsa Família, com a condicionalidade educação, e a partir dos relatórios que podem ser sintéticos ou analíticos, nos quais serão visualizados os motivos da baixa frequência escolar. O relatório do Sistema Presença permite essa visualidade por escola e pelo nome dos alunos. O número de identificação social (NIS) é um grande aliado do sistema para fins de cadastramento, monitoramento e encaminhamentos necessários dos beneficiários da transferência monetária.

O objetivo do Sistema Presença é garantir o acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários do programa bolsa família em todo o País. O sistema conta com os seguintes perfis para acesso: coordenador estadual da frequência escolar, operador estadual auxiliar, operador municipal máster, operador municipal auxiliar, diretor escolar, operador diretor escolar estadual, operador Secad, administrador técnico, MEC máster, documentador, MDS, operador da Controladoria-Geral da União e operador do Ministério Público.

O manual do Sistema Presença e os motivos que justificam a baixa frequência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família permitem considerar que o Sistema Presença possui a função de justificar, por meio de categorias de pobreza, a quebra da condicionalidade educação dos beneficiários da transferência de renda Bolsa Família no Estado brasileiro. Estas categorias de pobreza não exprimem aqui a concentração dos problemas sociais nos grupos sociais menos favorecidos e sim, uma recorrência de fatores que pobres e extremamente pobres, tutelados pelo Estado, são acometidos e quebram a condicionalidade educação.

A focalização e a gestão da pobreza na escola ocorrem por meio do Sistema Presença, em detrimento das seguintes categorias de pobreza: ausência do aluno (a) por questões referentes à saúde, doença/óbito na família, existência de oferta de serviços educacionais, fatores que impedem o acesso à escola, inexistência de serviço/atendimento educacional à pessoa com deficiência/necessidades especiais, suspensão escolar, conclusão do ensino médio, EJA semipresencial, gravidez, mendicância/trajetória de rua, negligência dos pais ou responsáveis, trabalho infantil, violência/discriminação/agressividade no ambiente escolar, trabalho do jovem, exploração/abuso sexual/violência doméstica, desinteresse/desmotivação com os estudos, abandono escolar/desistência e necessidade de cuidar de familiares

O termo categoria de pobreza, utilizado correlato com o Sistema Presença, exprime nesta pesquisa a situação em que a reprodução da pobreza ocorre mediada pela reprodução do modo urbano de vida que é demarcada pelo avanço da desigualdade social, logo situações de alteração no mundo de trabalho, dos sistemas de proteção

social, dos processos de sociabilidades estabelecidos no conjunto da sociedade civil, mercado e Estado. São estes os contextos que Lavinias (2002) utiliza para explicar a pobreza e exclusão no contexto Europeu e nos países do Cone Sul.

Fundamentamos-nos em Lavinias (2002) para explicitar que a categoria que o Sistema Presença relega aos beneficiários que quebram a condicionalidade educação, faz parte de um processo invalidação social que exige do Estado soluções imediatas, desafiando a governabilidade Estatal, com ações que intervenham no que Castel (2009) denomina de nova etiologia da depravação e dos costumes. O que denominamos de novas categorias de pobreza que justificam a quebra da condicionalidade educação, faz parte de processos de desconversão social, mesmo sendo beneficiários da transferência de rendas situações de desagravo que levam a situação da não frequência escolar.

Os beneficiários delineados no Sistema Presença são aqueles que Lavinias (2002) ao definir pobreza, afirma ser um estado de carência e privação que coloca em xeque a própria situação humana. Além de não conseguir acessar os insumos sociais básicos, o beneficiário da transferência de renda, não conseguem esforços para se manter. Se não houver uma intervenção estatal, estes tendem a ser desfiliaados da estrutura social qual pertence, e mesmo como cliente em potencial do Estado, pode ocorrer à desintegração do tecido social via contextos de anomia, por exemplo, tráfico de drogas, abuso sexual, conflitos familiares e outros que estão presentes no Sistema Presença.

O termo novas categorias de pobreza, fazem parte das nossas reflexões do Sistema Presença, pois a pobreza é compreendida neste trabalho conforme fundamenta Lavinias (2002) como, alterações na estruturas econômicas e de proteção social, cuja regulação ultrapassa os níveis locais. Podendo o beneficiário de renda além de estar acometido pelo empobrecimento, estar com os vínculos sociais básicos rompidos, prejudicando seus espaços de sociabilidade. São estes os contextos que denominamos de novas categorias de pobreza. A pobreza na pesquisa além do ciclo do empobrecimento é correlata aos processos de degeneração dos vínculos sociais, ou seja, a exclusão.

Essas categorias de gestão da pobreza na escola são advindas do hiato no acesso aos insumos ofertados pelo Estado, mercado e sociedade civil, de modo que grupos sociais são distanciados da proteção social do Estado e dos insumos do mercado. Dessa forma, eles são inseridos na cadeia da assistência social, como clientes em potencial do Estado brasileiro.

Durante as entrevistas a equipe de operadores, ficou evidenciado que o acompanhamento pela presença interfere nas escolas do município de forma bem sutil, pois a escola, por ser cobrada pela baixa frequência, realiza o contato com a família, ocorrendo a integração: Sistema Presença, escola e família. Para os operadores, esse modelo é que colabora para a atuação do Sistema Presença na escola. É feito contato com o operador da Secretaria, pois a equipe narrou que não dispõe de meios de locomoção para ir até a escola fazer o monitoramento em tempo real.

Um operador da equipe assim se posicionou:

Esse é um grande desafio. Cariacica já tá conseguindo enviar informações para o Sistema Presença. Já é feito 98% de envio. O desafio é esse, sair dessa prática de envio e partir para uma prática mais concreta. Ir à escola verificar quais os alunos com baixa frequência, quais os alunos que estão propensos à evasão e fazer um trabalho direcionado com estes alunos. Com o objetivo de valorizar a educação e fazer com que as famílias compreendam a importância da educação. A frequência não é só mandar a criança para escola para ela ter a frequência. O objetivo é a criança ir à escola e está aproveitando aquele tempo na escola. Como? Aprendendo realmente, né? (OPERADOR MUNICIPAL).

Os operadores ressaltam que, além da renda mínima, o Cras tem condições de ofertar capacitação para melhorar a renda, dentro do projeto Bolsa Família, entre outros benefícios que existem no município. Em relação às mudanças na condicionalidade educação, seria necessário monitorar a frequência e produtividade do aluno beneficiário, sair da frequência e monitorar as condições de estudo do aluno que recebe o benefício financeiro.

Buscar quais condições corroboram a produtividade do aluno beneficiário, em caso de contextos adversos, por exemplo, os materializados no Sistema Presença, saber quais intervenções seriam feitas. De acordo com os operadores, hoje, a condicionalidade

educação não proporciona o monitoramento do processo educacional para além da frequência.

Um dos operadores informou sobre a condicionalidade educação:

Vem como prioridade. É muito importante a atenção que foi dada ao Programa Bolsa Família, com o objetivo de combater a pobreza ou a extrema pobreza. Houve uma diminuição da pobreza e da extrema pobreza no município. O mais importante é que as pessoas estão começando a entender a importância da educação, entendendo que a educação é a base de tudo. Posso dizer com firmeza que 90% com qualidade, praticamente on-line, com informações verídicas, é um marco. Eu acredito que o Sistema Presença, em breve, com o acompanhamento escolar, ele passará [...] para todos os alunos na educação (OPERADOR MUNICIPAL).

Em relação ao funcionamento do Sistema Presença, foi apontado pelas entrevistas que o respectivo sistema e o cadastro único não se comunicam. A demora na atualização tanto do cadastro único como do Sistema Presença, prejudica a gestão da condicionalidade educação no município, conforme entrevista concedida:

[...] o sistema, que é o Projeto Presença, educação, saúde, cadastro único e assistência [...]. Eles não comunicam automaticamente. Demora até três meses, seis meses. Então, se a família atualizou o cadastro hoje, mudou uma criança de escola, ela pode vir no descumprimento da condicionalidade por não ser localizada na escola e ele vai demorar de três a seis meses pra entrar no projeto presença. Aí eu estou falando que demora entre três a seis meses para uma criança que atualizou o cadastro único da família hoje [...]. Existe essa demora e essa demora prejudica. Essa responsabilidade é do MEC, MDS [...]. Na realidade teria que ter unificado essa situação da seguinte forma: feita a atualização do cadastro único entrasse na mesma hora ou no máximo em 48 horas (GERENTE DO CADASTRO ÚNICO/OPERADORA MÁSTER MUNICIPAL).

O cadastro único aparece na entrevista como elemento corroborador das desarticulações na gestão da condicionalidade educação no município, dada sua estrutura funcional. De acordo com as entrevistas, é feita a atualização dos dados do público beneficiário no cadastro e enviado para uma base de dados em Brasília. Somente no dia posterior é feito um retorno e existe uma demora nas atualizações com a equipe da educação e de saúde.

Em relação às ações tomadas mediante a quebra da condicionalidade educação, primeiro a escola é contactada para esclarecer a situação do aluno. O pedagogo tem que dar a informação do que foi feito para aquele aluno. A Operadora afirma:

Existe a equipe escolar, a equipe escolar que tem que fazer as suas intervenções. A Secretaria de Educação não tem esse poder de estar indo e buscando alternativas junto à escola. A escola que tem que ter os seus projetos para atender essa criança que está desmotivada, por quê? Por que se ele está desmotivado, o que acontece? A educação em si tem os seus projetos, falta intervenção. É a equipe escolar, é uma discussão específica de pedagogo para estar motivando esse aluno (OPERADORA MÁSTER MUNICIPAL).

Podemos observar que nas entrevistas o Cras é o atendimento básico àquela família que está com problemas mais simples e o Creas é quando a família está com rompimento maior, por exemplo, vítima de violência, necessitando de atendimento especializado em Assistência Social. No caso dos beneficiários do BVJ que vão para o ensino médio, todas as exigências para o BFA são feitas para o BVJ, o problema é a presença de 85%.

A estrutura do Sistema Presença está organizada dentro do setor bolsa família, na Casa do Cidadão, em conjunto com a equipe da assistência social, porém a operadora máster municipal é da Secretaria de Educação. Em termos de recursos humanos, não conta com operadores auxiliares e nenhum tipo de estagiário. A estrutura e os recursos para funcionamento do Sistema Presença são disponibilizados pela assistência social municipal.

De acordo com a operadora máster:

Não tem auxiliar, não tem um estagiário. É só eu mesma, eu que resolvo tudo. Está dando pra dar conta de tudo, e a gente faz o levantamento das escolas, faço o treinamento ao diretor e um funcionário da secretaria para que eles façam o cálculo da frequência pela escola mesmo. Mas aqui só tem eu mesma. Não tem setor da educação pra monitorar a frequência dos alunos. Aqui eu trabalho com os equipamentos da assistência, impressora e computador. O computador da Educação começou a dar problema e agora os computadores são todos da Assistência Social (OPERADORA MÁSTER MUNICIPAL).

O acompanhamento realizado pela Secretaria de Educação aos beneficiários da transferência de renda, de acordo com a operadora, é feito bimestralmente, e vai

informando a baixa frequência desses alunos e fazendo os acompanhamentos no setor da assistência social. A interferência na dinâmica escolar ocorre no momento em que a operadora vai até a escola fazer visita de rotina e verifica como estão sendo efetivados os cálculos, se estão elaborados corretamente. Ela também explica o motivo que tem que ser registrado para não prejudicar os alunos.

De acordo com a operadora, as visitas se procedem de forma aleatória nas escolas maiores que tem o maior número de alunos e que tem mais problema, ou que possuem um número maior de baixa frequência. A operadora ressaltou que vai às escolas, mas não é com frequência.

Observamos uma necessidade de articulação da secretaria de Educação e Assistência para melhores definições da estrutura de funcionamento do Sistema Presença. Apesar da articulação existente, o espaço é dividido com atendimento ao público e a gestão do sistema presença. Na visita “in loco” realizada durante a entrevista, o espaço não contempla condições de intersetorialidade e elaboração de políticas para o público beneficiário.

Para atender aos objetivos do programa, o atendimento é feito na estrutura da assistência social do próprio município. Não existe produção de políticas educacionais a partir de parcerias, estímulos e/ou estruturas no seio da Secretaria de Educação que fosse de conhecimento da entrevistada, que ocupa o cargo de operadora máster municipal.

A entrevistada narrou que existe o deslocamento até as instituições de ensino a partir das verificações dos dados do Sistema Presença, porém nossas reflexões permitem considerar que a ênfase à frequência escolar se ressalta perante as demais categorias de pobreza, e o tratamento ofertado é no âmbito da assistência social e não das políticas educacionais. A operadora se encontra em situação de desvantagem até pela falta de recursos humanos, uma vez que é a única a responder pela transferência de renda no âmbito da educação no município.

### 3 CONSIDERAÇÕES

Os dados construídos na entrevista permitem considerar que, para atender aos objetivos do programa bolsa família os municípios obedecem à lógica de acompanhamento da frequência escolar. A administração dos sistemas municipais de educação, no âmbito da transferência de renda, enfatiza o monitoramento da frequência escolar. As estruturas são organizadas no modelo municipal de gestão da educação ou assistência, mas todas possuem um aspecto incomum, que é a ideia de gestão em rede.

Os encaminhamentos a serem tomados a partir da baixa frequência, variando de densidade nos municípios pesquisados, são delegados às instituições escola, à rede de assistência social, à saúde e ao esporte e lazer. Poderíamos afirmar sobre a complexidade na gestão da transferência de renda na escola. O sistema municipal de educação monitora e responsabiliza a assistência social pelas questões sociais que levam à quebra da condicionalidade educação. Ademais, também responsabiliza a escola (seus profissionais) pela resolução pedagógica às questões que muitas vezes fazem parte da condição de pobreza dessa população.

O acompanhamento dos alunos beneficiários da transferência de renda em todos os municípios pesquisados é reduzido à frequência escolar. Nas entrevistas, fica evidente que os sistemas municipais de educação se sentem responsáveis pelo monitoramento e encaminhamentos a serem dados para a situação de quebra da condicionalidade educação. Mas, no que se refere às intervenções, não há uma responsabilidade direta em relação aos serviços, estruturas, ações programas, projetos ou outros estímulos que a legislação do Programa Bolsa Família aponta como possibilidade.

Nesse caso, os dados indicam que todos os municípios necessitam explorar melhor as causas que levam à quebra da condicionalidade educação e, para tanto, devem possuir estruturas municipais de educação adequadas para a intervenção nos problemas. Os programas e projetos existentes são incomuns nos municípios pesquisados, cuja elaboração não é exclusiva para os beneficiários da transferência monetária. São

políticas educacionais direcionadas para grupos com algum flagelo social, e estes, os beneficiários da transferência de renda, são inclusos pela questão social que os demarca.

A organização que está dentro das estruturas da Secretaria de Educação, possui melhores condições nos encaminhamentos para a rede de proteção, porque a gestão desses projetos se dar dentro do próprio sistema municipal de educação. Isto foi visualizado no caso dos municípios de Vitória, Cariacica e Vila Velha. Os entrevistados possuíam maior conhecimento dos programas e projetos existentes. Viana e Serra apresentam um baixo grau de conhecimento de possíveis estruturas para encaminhamentos necessários às demandas da transferência de renda.

Essa gestão na escola deve ser caracterizada a partir de um processo binário: processo de barreiras e níveis. Processo de barreiras, pois, de um lado, estavam os alunos não beneficiários do Programa Bolsa Família e, de outro, estavam os alunos que necessitavam de ações específicas para que a contrapartida educação viesse a ser cumprida.

Já o processo de níveis é quando o Sistema Presença é incorporado ao processo de proteção social, e a escola passa ser responsável por mais um novo modelo de gestão da pobreza. O que antes era barreira de desigualdade passa agora ao parâmetro dos níveis de desigualdade. A escola, além de gerir os contextos da transferência de renda, tem que focalizar os diferentes processos de desfiliação que podem corroborar a quebra da condicionalidade educação.

A instituição estatal do Sistema Presença significou o Estado assumindo que para além dos processos de escolarização, os objetivos do Programa Bolsa Família só seriam atingidos com uma rede de intersetorialidade voltada para ações que, em sua maioria, nas categorias de pobreza do Sistema Presença, não são gestadas no processo de escolarização. Porém, em nossos resultados verificamos que a gestão da pobreza da quebra da condicionalidade educação dos beneficiários fica a cargo da escola.

Os dados da pesquisa permitem considerar que, nas instituições de ensino, não existe, por parte dos sistemas de educação, um ordenamento de como as escolas devem proceder em relação ao combate da evasão escolar dos beneficiários da transferência de renda. A quebra da condicionalidade educação poderia ser tratada pelos Conselhos de Escola, grêmios estudantis e demais órgãos de controle social que estão dentro das instituições de ensino. Como já afirmamos, essas ações não aparecem na pesquisa como estímulos por parte das Secretarias de Educação.

## **REFERÊNCIAS**

CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (Org.). Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

DUBET, François. Desigualdades multiplicadas. Ijuí, RS: Unijuí, 2003.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliando o bolsa família. São Paulo: Cortez, 2010.